



## COLHENDO E PLANTANDO VIDA NAS CIDADES: EXTENSÃO AO CONTRÁRIO E ECOLOGIA DE SABERES NO AGLOMERADO DA SERRA, BELO HORIZONTE - MG

*Harvesting and planting life in cities: the practice of reverse university extension and the ecology of knowledge in Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, MG*

Bruno Martins Dala Paula<sup>1</sup> Luana do Carmo Araujo de Oliveira<sup>2</sup>  
Emmanuel Duarte Almada<sup>3</sup> Filipe Freitas Chaves<sup>4</sup> Maura Neves Coutinho<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente ensaio busca uma reflexão sobre a relação entre as práticas de agricultura urbana e o cuidado com a vida a partir de um projeto de extensão universitária mobilizado entre grupos de moradores das comunidades do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, Minas Gerais, e membros do Grupo Aroeira ao longo de seis anos – de 2008 a 2013. O ensaio aponta a agroecologia como teoria-práxis-chave nesse processo e relata as opções metodológicas, segundo preceitos do educador Paulo Freire e do sociólogo Boaventura Souza e Santos, para uma ação dialética entre comunidade e universidade. Baseado em ação-reflexão-ação, incorporado do conceito de pesquisa-ação, o projeto estruturou-se por meio das seguintes atividades principais: levantamento das iniciativas de agricultura urbana na comunidade; realização do Ciclo de Encontros Cultivando Saúde; formação do Grupo de Plantas Medicinais Santana; criação da turma de alfabetização Café Crioulo; e realização de feiras livres com produtos da agrobiodiversidade urbana

<sup>1</sup> Bruno Martins Dala Paula - Universidade Federal de Alfenas – Brasil - Nutricionista, mestre e doutor em Ciência de Alimentos pela Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto da Faculdade de Nutrição e do Grupo de Pesquisa Bioquímica e Alimentação da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, Grupo Aroeira, Brasil, bruno.paula@unifal-mg.edu.br; <sup>2</sup> Luana do Carmo Araujo de Oliveira - Universidad de Salamanca – Espanha - Bióloga, mestre em Antropologia de Iberoamérica e doutoranda em Ciências Sociais na Universidad de Salamanca (USAL-Espanha), Grupo Aroeira, Brasil, luaolive@usal.es; <sup>3</sup> Emmanuel Duarte Almada - Universidade do Estado de Minas Gerais – Brasil - Biólogo, doutor em Ambiente e Sociedade. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Biológicas e do Kaipora - Laboratório de Estudos Bioculturais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Grupo Aroeira, Brasil, emmanuel.almada@uemg.br; <sup>4</sup> Filipe Freitas Chaves - Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil - Biólogo, mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais. Fotógrafo e documentarista, Portfólio: [www.filipechavesimagens.com](http://www.filipechavesimagens.com), Grupo Aroeira, Brasil, filipixies@gmail.com; <sup>5</sup> Maura Neves Coutinho - Prefeitura Municipal de Nova Lima – Brasil - Geógrafa e mestre em Geografia: Organização do Espaço pelo Instituto de Geociência da Universidade Federal de Minas Gerais e servidora pública da Prefeitura Municipal de Nova Lima-MG, Grupo Aroeira, Brasil, mauranc@gmail.com

da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Grupo Semear, o Instituto Paulo Freire – por meio do Projeto MOVA-Brasil – e o Fundo Nacional de Solidariedade - FNS Cáritas Brasileira são alguns dos parceiros que auxiliaram e permitiram articular as temáticas de agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional, educação popular e economia popular solidária em um projeto que buscou cultivar e promover o cuidado com a vida dos moradores do Aglomerado da Serra, valorizando seus saberes populares – ao mesmo tempo em que levou tais experiências para dentro da universidade, a partir da prática da extensão ao contrário.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana. Extensão universitária. Agroecologia.

## ABSTRACT

This essay aims to reflect on the relationship between urban farming practices and the “care of life” observed in a university extension project mobilized between groups of residents of the “Aglomerado da Serra” (Sierra cluster of communities) in Belo Horizonte - MG and members of “Grupo Aroeira”, over six years (2008-2013). The essay points to agroecology as a key theory-praxis in this process and reports the methodological options, according to the precepts of the educator Paulo Freire and the sociologist Boaventura Souza and Santos, for dialectic action between the community and the university. Based on the concept of research-action, an essential key in the process of research and extension, this project was structured through the following main activities: survey of urban agriculture initiatives in the community; establishment of the Cycle of Cultivating Health Meetings; formation of the Santana Medicinal Plant Group; creation of the literacy class “Café Crioulo” (Creole coffee); and the organizing of free fairs with products of the urban agrobiodiversity of the metropolitan region of Belo Horizonte. Grupo Semear, Instituto Paulo Freire through the project MOVA-Brasil, Fundo Nacional de Solidariedade-FNS Cáritas Brasileira are some of the partners cited that helped make it possible to articulate the themes of agroecology, sovereignty and food and nutrition security, popular education and solidarity popular economy in a project seeking to promote and cultivate the “care of life” of the inhabitants of the “Aglomerado da Serra”, valuing their traditional know-how while bringing such experience to the university through the practice of reverse university extension.

**Keywords:** Urban agriculture. University extension. Agroecology.

## INTRODUÇÃO

Neste ensaio, divulga-se, para fins de reflexão, as ações do projeto de pesquisa e extensão universitária “Plantando e Colhendo Vida na Cidade: Promoção de Práticas de Agricultura Urbana (AU) como Ferramentas para o Desenvolvimento Local no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG”, realizado entre 2008 e 2013. Este foi desenvolvido por meio da articulação entre professores dos Institutos de Geociências e de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais e estudantes integrantes do Grupo Aroeira - Ambiente, Sociedade e Cultura<sup>6</sup>, gestor do projeto, além do Grupo Semear<sup>7</sup> e de moradores das comunidades do maior aglomerado de vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Aglomerado da Serra.

**Figura 1** - Vista do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG



**Fonte:** Filipe Chaves, 2012

O objetivo do ensaio é apresentar os resultados das ações e as contribuições do projeto para a promoção do desenvolvimento local. A metodologia de trabalho foi fundamentada na pesquisa-ação, na relação teoria-práxis e nos autores Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos. Assim, usou-se um modelo de extensão universitária que objetiva abrir os muros da universidade para que o conhecimento seja construído levando em conta a diversidade epistêmica. Trata-se de um exercício de extensão ao contrário, ou seja, o universitário se permite aprender com aqueles que não pertencem ao ambiente acadêmico e aos seus ritmos, rotinas e regras de produção científica.

<sup>6</sup> O Grupo Aroeira é um grupo autônomo, aberto e dirigido por autogestão criado no final de 2006 a partir de um coletivo de estudantes, pesquisadores e profissionais. Realiza ações nas temáticas da AU e da agroecologia urbana, em especial na RMBH. Esse coletivo possui caráter transdisciplinar, englobando estudantes e profissionais de diversas áreas do conhecimento, tais como: Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação, Nutrição, Farmácia, Geografia e Gestão Pública; <sup>7</sup> O Grupo Semear é formado por conhecedores populares de plantas medicinais, moradores dos bairros Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Taquaril, localizados na região leste de Belo Horizonte. O grupo atua como multiplicador de saberes ambientais relacionados às plantas medicinais e, desde 1994, ano de sua criação, seus participantes se organizam para práticas de cuidado popular com a saúde – que, ao longo dos anos, resultou na produção de remédios caseiros e lanches naturais nas casas das famílias para comercialização em feiras urbanas.

O conceito de AU utilizado neste ensaio é o mesmo adotado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), correspondente às práticas agrícolas – incluindo processamento de produtos agropecuários, pesqueiros ou florestais – que são realizadas pelos moradores dentro da cidade e em seus arredores (FAO, 1999). AU compreende atividades espontâneas, sendo cada vez mais destacada como uma ferramenta política para a gestão urbana, uma vez que se vislumbra em tais práticas um leque de possibilidades para a promoção de qualidade de vida e para o desenvolvimento local sustentável. A partir da década de 1980, as práticas de AU começam a ganhar atenção no meio acadêmico e dentre as políticas públicas. Pode-se citar suas contribuições para a manutenção da biodiversidade nas cidades, permeabilidade do solo e acesso dos cidadãos a alimentos frescos e saudáveis, além de cuidados com a saúde. Em virtude disso, a AU integra a agenda política de instituições internacionais como a própria FAO, que reconhece seu potencial em assegurar a soberania alimentar<sup>8</sup> de populações em situações de pobreza urbana, sobretudo em países com grandes desigualdades sociais.

AFAO (1999) também destaca a produção de hortaliças e a criação de animais provenientes da AU como importantes contribuições para a absorção de mão de obra e a geração de produtos com valor agregado, o que torna possível e viável a obtenção de renda extra. Essas atividades e suas repercussões facilitam aos agricultores urbanos o acesso econômico aos outros gêneros alimentícios importantes à alimentação humana e que não são comumente obtidos em hortas urbanas. O projeto que será apresentado utilizou a AU como ferramenta para a concretização de suas ações de pesquisa e extensão – sendo as atividades de extensão objetos de destaque no presente ensaio.

## **METODOLOGIAS DE AÇÕES UNIVERSITÁRIAS EXTENSIONISTAS**

As bases teóricas que orientaram os procedimentos metodológicos das atividades de extensão pautaram-se pelas concepções participativas como algo intrínseco ao cuidado com a vida. Entretanto, os projetos de extensão ainda são entendidos por muitos acadêmicos como uma espécie de “trabalho de campo” do tripé estrutural das ações universitárias: ensino-pesquisa-extensão. Isso significa que existe a perspectiva de que a extensão é realizada como um retorno, à sociedade, dos conhecimentos produzidos a partir da atuação *in loco* dos professores, técnicos e estudantes universitários – ou simplesmente como uma prática assistencialista.

<sup>8</sup> Soberania alimentar é o direito de um povo em definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo o direito à alimentação para toda a sua população, respeitando sua própria cultura e diversidade (MALUF, 2007, p. 23).

Paulo Freire foi um dos grandes críticos dessa perspectiva. Em seu livro *Extensão ou comunicação?*, as críticas de Freire foram endereçadas às relações dos agrônomos com os camponeses em projetos de extensão rural, que se baseavam simplesmente na transmissão do conhecimento científico gerado na universidade como verdades a serem implementadas, sem levar em conta os conhecimentos prévios, saberes, modos de vida e contextos específicos de cada comunidade envolvida. Os agricultores não eram tratados como sujeitos no processo de cuidado de suas terras, as quais são símbolos e materialidades da reprodução dos seus modos de vida. A premissa dessa forma de ação parte da crença de uma superioridade epistemológica concedida à ciência em detrimento dos conhecimentos dos grupos excluídos (SHIVA, 2003). Tais práticas contradizem a concepção de universidade como promotora de diversidade cultural e epistemológica. Sendo assim, o que Paulo Freire questiona em sua obra é a forma pela qual a universidade se relaciona com a sociedade. A revolução no processo extensionista passa pela construção de uma universidade descolonial (FREIRE, 1983).

Segundo Paulo Freire (2011), o exercício da educação como prática de liberdade deve ser entendido como uma ferramenta para a transformação social. Ela promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação, em uma discussão crítico-criativa da realidade, para formar agentes sociais de mudança. A educação na perspectiva libertadora exige a dialogicidade, ou seja, a leitura coletiva do mundo. A mobilização acontece junto com a comunidade, e não para a comunidade. Do mesmo modo, Brandão (1986) propõe a articulação do projeto de pesquisa com o projeto político dos grupos populares, dos quais se quer conhecer a situação social e histórico-cultural porque se quer agir conjuntamente.

Em consonância com as ideias freirianas estão as primícias defendidas por Boaventura Sousa e Santos por meio de um conjunto de práticas essenciais ao diálogo e valorização de todas as formas de conhecimento, incluindo o saber científico, as quais foram integradas em um conceito chamado por ele de “ecologia de saberes”. Nos termos desse autor:

A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade (SANTOS, 2005, p. 56).

Dessa maneira, romper muros não significa apenas que os universitários desenvolvam ações nas comunidades periféricas e tenham contato com líderes comunitários, mas também fazer o percurso inverso, ou seja, que a sociedade se aproprie dos espaços da universidade, fazendo com que esta seja, também, um campo-território do saber popular.

A interação dialógica pressupõe uma posição comum de aprendiz entre todos os sujeitos envolvidos, o que enriquece os conhecimentos de cada um. Além disso, articula a produção de conhecimento na universidade com os interesses dos grupos sociais. Dessa forma, a decisão por uma metodologia participativa é também uma postura ético-política perante a sociedade e o cuidado com a vida dos grupos envolvidos.

O conceito de pesquisa-ação também guiou o processo de extensão desse projeto. Dentro dessa linha teórica, a realização de um projeto compreende uma contínua e simultânea redefinição dos procedimentos metodológicos de acordo com os novos desafios identificados em cooperação entre os acadêmicos e os atores sociais da realidade em foco. Segundo Tripp (2005), a tríade planejamento, execução e avaliação funciona como uma espiral. Cada ação produzida gera uma reflexão crítica, que por sua vez leva a mudanças nas práticas desenvolvidas e novamente a uma análise sobre os novos resultados obtidos. Tal ideia reconhece a aprendizagem do extensionista no decorrer do processo.

## ESTUDO DE CASO

O intuito do projeto de pesquisa e extensão que aqui compartilhamos foi potencializar tais práticas de AU no Aglomerado da Serra, bem como articulá-las localmente – seja dentro do próprio Aglomerado ou com outras comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nessa proposta, a agroecologia foi adotada como “ideia-força” no desenvolvimento das atividades do projeto por corresponder aos parâmetros ético-políticos estabelecidos em nossa planificação – dentre eles, promover atividades econômicas viáveis que sejam ambientalmente corretas, socialmente justas e culturalmente sensíveis e respeitadas (ALTIERI, 2000).

Localizado nos morros de parte da Serra do Curral, região centro-sul da capital mineira, o Aglomerado da Serra é composto por seis vilas: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Marçola, Cafezal e Novo São Lucas. Durante os anos de realização do projeto de pesquisa e extensão, esse aglomerado contava com quase quarenta mil residentes (PBH, 2010; UCLG, 2010). Grande parte da população do Aglomerado da Serra é advinda de migrantes rurais, que consigo trouxeram conhecimentos e saberes tradicionais da produção agrícola, uso de plantas medicinais e criação de animais. As práticas agrícolas foram readaptadas e resistem em pequenos quintais, na dinâmica da siconatureza urbana dessas comunidades. O cultivo e a criação de animais em áreas urbanas remontam à própria origem e constituição das cidades modernas. Nos países da periferia do sistema capitalista mundial, o processo de urbanização deu-se em concomitância com a imposição do pacote tecnológico da Revolução Verde, que resultou em um intenso processo de êxodo rural, levan-

do milhões de famílias a migrarem para as cidades. Essas famílias, ao ocuparem as periferias dos centros urbanos, adaptaram ali seus modos de vida, incluindo as práticas agrícolas. Dessa maneira, a AU surge nessas áreas como estratégia de reprodução simbólica e prática da vida (ALMADA, 2010).

O projeto de pesquisa e extensão no Aglomerado da Serra se caracterizou pelas diversas atividades em grupo, as quais tinham como principal objetivo estimular as trocas de saberes e experiências entre todos os envolvidos. A busca coletiva para a resolução de um problema ou a interação cultural dos sujeitos tem no diálogo em grupo um instrumento substancial de articulação. O grupo é um espaço em que se desenvolve a escuta das necessidades dos participantes, dos seus problemas e vivências, e onde todos os envolvidos buscam, em conjunto, soluções para esses problemas ali identificados (BRASIL, 2014a). A partir do convívio nas atividades em grupo é possível ensinar e aprender por meio da partilha de experiências e proporcionar a reflexão sobre a realidade – e, assim, alcançar os objetivos propostos e almejados na realização dessas atividades (AFONSO, 2006; SOUZA, 2011).

## ARTICULANDO O PROJETO COM A COMUNIDADE

O início do projeto foi caracterizado por uma articulação entre integrantes do Grupo Aroeira e participantes da Associação de Moradores da Vila Cafezal e da Horta Comunitária do Cafezal (Fig. 2), já existente antes da chegada do Grupo ao Aglomerado da Serra. A Horta Comunitária foi o objeto responsável pelo elo entre os estudantes, a universidade e a comunidade. Construída em um terreno baldio, localizado nos fundos da Associação de Moradores da Vila Cafezal e de uma creche infantil, em área comunitária e produtiva, a Horta ocupa um espaço anteriormente tido como um problema local, ponto de consumo e venda de entorpecentes e de acúmulo de entulhos, o que o caracterizava como área de foco para a transmissão de doenças, tais como a dengue e a febre amarela, e propiciava o aparecimento de animais peçonhentos e ratos.

Como ação de partida, foram realizadas entrevistas nos lares dos moradores, apoiadas em um questionário semiestruturado, para obter um prévio levantamento e análise do perfil das práticas de AU realizadas em espaços coletivos ou particulares do Aglomerado da Serra – seja a partir de quintais e jardins ou o cultivo em espaços alternativos, como em garrafas de polietileno tereftalato (PET), pneus usados e utensílios domésticos. Os tipos, espécies e as formas de uso tradicionais de frutas, hortaliças, plantas medicinais e outras, empregadas em rituais e práticas culturais e religiosas, foram registradas, assim como dados referentes à criação e produção de animais. Durante as visitas, os moradores foram

convidados a participar de oficinas que seriam realizadas em espaços comunitários do Aglomerado da Serra.

**Figura 2** - Horta Comunitária do Cafezal



**Fonte:** Acervos do Grupo Aroeira, 2009.

## CICLO DE ENCONTROS CULTIVANDO SAÚDE

O Ciclo de Encontros Cultivando Saúde consistiu na atividade-base dos seis anos de trabalho conjunto no Aglomerado da Serra, e passou por reestruturação durante os anos de desenvolvimento do projeto. Em geral, as temáticas tratavam sobre soberania alimentar, agroecologia urbana, compostagem, formas alternativas e naturais de controle de pragas, incentivo ao consumo de frutas e hortaliças, com destaque para as não convencionais<sup>9</sup>, utilização destas no preparo de receitas culinárias e aproveitamento integral de alimentos para a promoção de uma alimentação saudável. Dessa forma, o projeto gerou maior adesão às práticas de AU, assim como incentivou a redução do consumo de processados e ultraprocessados, alimentos ricos em sódio, açúcares simples, gorduras satu-

<sup>9</sup> São aquelas frutas e hortaliças que exercem grande influência na estrutura sociocultural e alimentar de populações tradicionais, distribuídas de forma limitada e restrita a determinadas localidades. As espécies não convencionais não fazem parte da grande cadeia produtiva e econômica, ao contrário das frutas e hortaliças convencionais (laranja, banana, batata, tomate, cenoura, alface etc.), não despertando o interesse comercial por parte de empresas de sementes, fertilizantes ou agrotóxicos (MAPA, 2010).

radas, colesterol e gordura trans, cujo consumo elevado está associado à maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2014b).

As frutas e hortaliças, alguns dos produtos da AU, são importantes na composição de uma alimentação saudável por serem fontes de inúmeros nutrientes como vitaminas, minerais, fibras e outros compostos bioativos, contribuindo, assim, para a promoção e manutenção da saúde. Além de ricos em nutrientes, esses alimentos possuem baixa densidade energética, ou seja, oferecem baixo aporte calórico para uma determinada quantidade consumida, quando comparados aos outros gêneros alimentícios. Assim, o consumo adequado de frutas e hortaliças auxilia na manutenção de um peso corporal desejável e, indiretamente, na prevenção de DCNT como diabetes, doenças cardíacas, hipertensão arterial e alguns tipos de câncer, cujo risco é aumentado pela obesidade (NATIONAL HEART FORUM, 1997; WCRF, 1997; GEE et al., 2012; BRASIL, 2014b).

A *World Health Organization* - WHO (2002) considera que os fatores de risco – sedentarismo e má-alimentação, destacando-se o baixo consumo de frutas e hortaliças – estão entre os dez fatores centrais na determinação da carga global de doenças, responsáveis por aproximadamente 2,7 milhões de mortes por ano em todo o mundo. No campo das políticas mundiais de alimentação e nutrição, a promoção do consumo de frutas e hortaliças ocupa posição de destaque dentre as diretrizes de promoção da alimentação saudável, conforme documento *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health* (Estratégia Global sobre Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde), elaborado pela WHO e aprovado na 57ª Assembleia Mundial da Saúde. A Estratégia Global preconiza o aumento do consumo de frutas e hortaliças visando atingir o mínimo de 400 gramas per capita/dia desses grupos de alimentos, em função do efeito protetor em relação às DCNT (WHO, 2004). No cenário nacional, o Ministério da Saúde recomenda, na primeira edição do *Guia alimentar para a população brasileira*, o consumo diário de três porções de frutas e três de hortaliças – sendo definido como porção de frutas e hortaliças a quantidade desses alimentos equivalente a 70 kcal e 15 kcal, respectivamente (BRASIL, 2005, p. 216-217) –, enfatizando a importância de variar o consumo desses alimentos nas refeições ao longo da semana.

Num estudo realizado por Jaime e Monteiro (2005) foi constatado que, no ano de 2003, menos da metade da população brasileira relatou consumir frutas diariamente, e, menos de um terço, hortaliças. Em outra pesquisa, realizada por Levy-Costa et al. (2005), referente à distribuição domiciliar de alimentos no Brasil entre os anos de 1974 e 2003, pode-se verificar que frutas e hortaliças correspondiam a apenas 2,3% das calorias totais da dieta, aproximadamente um terço da quantidade recomendada pela WHO. O atual *Guia alimentar para a população brasileira* (BRASIL, 2014b) se embasa nos dados da Pesquisa de Orçamento Fami-

liar 2008-2009 (IBGE, 2011) para afirmar que, apesar da tendência de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, o brasileiro faz dos alimentos *in natura* ou minimamente processados e das preparações culinárias feitas com esses alimentos seus principais itens em termos do total de calorias consumidas, representando quase dois terços de sua alimentação. No entanto, além das frutas e hortaliças, os cereais, as leguminosas e as carnes também foram incluídas nessa categoria (“alimentos *in natura* ou minimamente processados”), fato que não invalida as evidências do consumo de frutas e hortaliças pelos brasileiros aquém do preconizado pela WHO e pelo Ministério da Saúde (WHO, 2004; BRASIL, 2005).

Os alimentos provenientes da Horta Comunitária contribuíram positivamente para o aumento da qualidade de vida de seus praticantes e da comunidade do entorno. São considerados frescos, diversificados e parte essencial de dietas ricas e variadas, sem comprometer negativamente o ambiente urbano – além de proporcionar dietas de baixo custo. Assim, essa iniciativa de AU atendeu a um dos critérios propostos na segunda edição do *Guia alimentar para a população brasileira*: “alimentação adequada e saudável deriva de sistema alimentar socialmente e ambientalmente sustentável”. As recomendações sobre alimentação saudável devem ir além da composição química e nutricional dos alimentos; devem avaliar os impactos das formas de produção e distribuição dos alimentos sobre a justiça social e a integridade ambiental (BRASIL, 2014b, p. 18).

## SAÚDE POPULAR E PLANTAS MEDICINAIS

Outra ação importante do projeto foi a realização de cursos de curta duração sobre o fortalecimento de práticas populares de cuidado com a saúde e valorização dos conhecimentos tradicionais, com a partilha de saberes de usos de plantas medicinais, como o “Curso de saúde popular e plantas medicinais” (Fig. 3). Dessa forma, deu-se início a uma nova temática para as atividades em grupo: o uso tradicional de plantas medicinais e alimentos funcionais. Essa temática abordou um costume tradicional representado pela coleta e cultivo de plantas de uso terapêutico em quintais, além do extrativismo vegetal de plantas medicinais em remanescentes de mata nas proximidades urbanas – as quais funcionam como recurso terapêutico utilizado por muitas famílias em suas práticas populares de cuidado com a saúde e que se perpetuam também por meio de benzedeiros(as), raizeiros(as) e parteiras trasladados às periferias urbanas.

**Figura 3** - Encontro do “Curso de saúde popular e plantas medicinais”, realizado no Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG



**Fonte:** Acervos do Grupo Aroeira

O acesso às plantas medicinais significa autonomia para as comunidades do Aglomerado da Serra, que já as utilizavam como um dos principais recursos terapêuticos enquanto viviam no campo. No contexto urbano, as comunidades do Aglomerado preservaram esses saberes e deram novos significados ao uso das plantas medicinais, de acordo com a nova realidade em que estavam inseridos. Além dos produtos materiais da AU, essa prática é responsável pela criação e fortalecimento de uma identidade cultural, cada vez mais desvalorizada diante da dinâmica de vida nos grandes centros urbanos e em virtude da supervalorização do conhecimento científico em comparação com o saber popular.

Nessa etapa, a parceria com o Grupo Semear foi fundamental para a realização de diversas oficinas sobre identificação, coleta e uso de plantas medicinais do Cerrado para a produção de sabão, xampu, pomadas, tintura e chás, entre outros fitocosméticos, remédios caseiros e preparações alimentícias envolvendo frutas e hortaliças nãoconvencionais e o aproveitamento integral do alimento (Fig. 4). O Grupo Semear também se responsabiliza pelos cuidados de uma “farmácia viva” em um quintal do Alto Vera Cruz, conhecida como Ervanário São Francisco de Assis. No trabalho desenvolvido pelo Grupo Semear foram valorados tanto o aspecto econômico, pois possibilitou a diminuição dos gastos com alimentação e medicação, como o componente cultural dessas práticas, por

meio do empoderamento dos envolvidos e como uma forma de resistência e resiliência de seu conhecimento popular (COUTINHO, 2010).

**Figura 4** - Caminhada de reconhecimento de plantas medicinais em remanescente do Cerrado, nas proximidades do Hospital da Baleia, na região do Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG



**Fonte:** Acervos do Grupo Aroeira, 2011.

As contribuições do Grupo Semear também foram importantes para a estruturação, em 2009, do Grupo de Plantas Medicinais Santana, que funcionava na sede da Associação de Moradores da Vila Cafezal. A farmácia viva era cultivada pelos agricultores da Horta Comunitária do Cafezal, os quais também integravam a farmácia caseira. O grupo era formado por moradores do Aglomerado, sendo estes em sua maioria pessoas da terceira idade, integrantes do Grupo Aroeira, bolsistas e não bolsistas do projeto de extensão. As reuniões ocorriam quinzenalmente, aos sábados, e nesses encontros eram compartilhados conhecimentos sobre usos de plantas medicinais, bem como produzidos fitocosméticos como sabonetes medicinais, pomadas e xaropes. Os produtos eram vendidos na própria comunidade, entre vizinhos e familiares.

As cooperações com o Grupo Semear acima explanadas fazem parte dos diversos intercâmbios com outros grupos sociais provenientes de periferias da RMBH, em que os integrantes do projeto eram estimulados a participar tanto de atividades da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana<sup>10</sup> como de mutirões para a construção de espaços de produção agroecológica de alimentos, como a Horta Comunitária na Vila Fazendinha e a manutenção da Horta Comunitária do Cafezal. Esta última desempenha um ponto de articulação entre quintais das vilas do Aglomerado, estabelecendo uma rede de trocas de conhecimentos e de produtos, além de um espaço de formação em AU. O compartilhamento de mudas e sementes é um exemplo da capacidade desse espaço de promover o fortalecimento dos vínculos de solidariedade e de vida comunitária entre os moradores e de articular os espaços de uso privado e coletivo, especialmente na comunidade do Cafezal.

### **TURMA CAFÉ CRIOULO: LEITURA DO MUNDO E DA HORTA E EMPODERAMENTO**

Resgatando as orientações da metodologia pesquisa-ação citada anteriormente neste ensaio, durante o projeto um dos obstáculos identificados nas atividades de comercialização dos produtos –tanto da Horta Comunitária do Cafezal como do Grupo de Plantas Medicinais Santana –foi a dificuldade de autonomia dos moradores em relação à gestão de muitas ações, como elaboração de rótulos para os produtos e sistematização de suas atividades. Isso porque quase a unanimidade dos participantes não era alfabetizada. Reflexionando sobre esses obstáculos, guiamos nossa prática extensionista para cuidar do sonho coletivo de autonomia dos moradores do Aglomerado da Serra participantes do projeto. Inicialmente, no fim de 2010 foram realizadas aulas aos sábados, ministradas por um dos bolsistas do projeto, na Associação de Moradores do Cafezal. Nos anos seguintes, 2011 e 2012, foi realizada uma parceria entre o Grupo Aroeira e o Projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Projeto MOVA-Brasil), do Instituto Paulo Freire, que resultou na turma de alfabetização Café Crioulo (Figura 5). Nessa nova atividade foram realizadas aulas de alfabetização de segunda a quinta-feira, com três horas de duração, no mesmo espaço cedido pela Associação de Moradores do Cafezal. O processo educativo seguia a práxis político-pedagógica proposta por Paulo Freire. Esse autor estimula um pensar e fazer sobre o contorno geográfico diretamente vinculado ao diálogo de saberes

<sup>10</sup> Trata-se de um coletivo de pessoas, grupos comunitários, organizações pastorais e movimentos sociais que desenvolvem e apoiam iniciativas de agroecologia na RMBH. Criado em 2001, propõe-se a aprofundar o debate político envolvendo diversos atores da sociedade, o papel da agricultura e da agroecologia em regiões metropolitanas na construção de um projeto popular para o Brasil e a implementação de políticas públicas necessárias para o seu fortalecimento, dentre outros objetivos. (AUÊ, s/d.)

e a participação dos envolvidos para uma educação libertadora, a qual caracteriza-se pela constituição de sujeitos empoderados, autônomos e comprometidos com as problemáticas do seu tempo e espaço (FREIRE, 2011). A alfabetização permitiu que os moradores interviessem, consistentemente e sem tutela, em vários processos decisórios em que essa ferramenta é requerida.

**Figura 5** - Formatura da turma Café Crioulo



**Fonte:** Acervos do Grupo Aroeira, 2012.

## FEIRAS AGROECOLÓGICAS NO AGLOMERADO DA SERRA

Em 2013, último ano de execução do projeto de pesquisa e extensão, o Grupo Aroeira, em parceria com a Horta Comunitária do Cafezal e com financiamento do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), da Cáritas Brasileira, organizou feiras mensais (Fig. 6) na Vila Cafezal, em um pátio cedido por uma igreja católica. Os produtos eram provenientes da Horta Comunitária do Cafezal e do Grupo de Plantas Medicinais Santana, assim como de outros grupos de AU da RMBH. Foram convidados a participar das feiras iniciativas locais de farmacinhas caseiras e agricultores urbanos, como o Grupo Frutos da União, do Ribeiro de Abreu, o Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE) Capitão Eduardo e o Grupo Semear, do Alto Vera Cruz. As feiras ainda contaram com apresentações culturais, como do grupo de teatro local, Morro Encena.

**Figura 6** - Moradores de vilas do Aglomerado da Serra assistindo à apresentação do grupo de teatro local MorroEncena durante uma das feiras realizadas mensalmente



**Fonte:** Acervos do Grupo Aroeira, 2013.

De acordo com Santos (2002), o desenvolvimento econômico deve ser concebido como uma forma de promover melhores condições de vida para a população em geral, em especial para os setores marginalizados. Atualmente, na emergência de um novo paradigma ambiental e social, é preciso fomentar formas de produção e de comercialização alternativas, que considerem a economia como uma esfera da vida social e que levem em consideração a inclusão social, a distribuição de renda e a proteção do meio ambiente. Nessa perspectiva, a Economia Popular Solidária (EPS) se apresenta como uma “ideia-força” capaz de promover um desenvolvimento sustentável e equânime, uma vez que integra a dimensão econômica (geração de emprego e renda) aos aspectos políticos e ambientais (garantia de direitos e leis que protegem o meio ambiente), assim como aos aspectos social e cultural (interfere no modo de vida das pessoas) e ao bem-viver (saúde e preservação da sociobiodiversidade). Sendo assim, são necessárias formas tanto de produção como de consumo conscientes, que podem ser estabelecidas por meio de redes de comercialização solidárias.

Em virtude disso, o objetivo ao resgatar as feiras livres foi promover uma alternativa para a comercialização de produtos da AU, favorecendo a economia local, popular e solidária. Elas possibilitaram um circuito curto de comercial-

ização, fortalecendo as relações entre produtor e consumidor, e propiciaram aos consumidores alimentos frescos e de origem conhecida; além disso, permitiram discutir com os moradores os inúmeros benefícios à saúde relacionados ao consumo de alimentos isentos de agrotóxicos. Esses espaços proporcionam, ainda, o resgate das dimensões socio-históricas e culturais dos alimentos tradicionais frente à crescente urbanização dos modos de vida. São locais de circulação de alimentos, como frutas e hortaliças nãoconvencionais, bem como dos saberes associados às práticas agroecológicas comunitárias. Vale ressaltar que tais feiras também deram mais visibilidade, na comunidade, ao trabalho realizado na Horta Comunitária do Cafezal.

As ações do projeto, ao longo de sua execução, apontam as possibilidades da agroecologia como meio de mobilização e educação popular nas periferias dos centros urbanos. Por se tratar de um tema que diz respeito à soberania alimentar e à diversidade cultural, a agroecologia dialoga com as principais pautas de lutas por garantia de direitos dos grupos historicamente excluídos pelo processo de expansão da modernidade ocidental (AGUIAR et al., 2013). Ao promover uma educação popular em agroecologia, o projeto promoveu o diálogo entre diferentes regimes de conhecimento, possibilitando o empoderamento e a transformação tanto da comunidade do Aglomerado da Serra quanto dos estudantes e professores universitários que se envolveram com as ações.

## EXTENSÃO AO CONTRÁRIO

Por fim, compilamos aqui algumas das ações correspondentes ao que Santos (2005) orienta como “extensão ao contrário”. Tais atividades, cursos e eventos contaram com a presença de moradores do Aglomerado da Serra, sobretudo participantes da Horta Comunitária do Cafezal, assim como de integrantes do Grupo Semear, do Alto Vera Cruz, os quais foram convidados a manifestar-se em espaços da universidade. São eles: três edições do Festival de Verão da UFMG – em fevereiro de 2009, com o minicurso intitulado “Agricultura urbana: sociobiodiversidade e segurança alimentar e nutricional”, e em fevereiro de 2010 e 2011, com o minicurso intitulado “Ecologia urbana: questões socioambientais nas cidades”.

O Festival de Verão da UFMG é um evento realizado desde 2007 durante as férias de verão. Trata-se de uma alternativa cultural constituída por oficinas, palestras, exposições, debates interdisciplinares e eventos artísticos. A ideia é que os participantes possam vivenciar o Festival e produzir conhecimento a partir de suas experiências (UFMG, 2018). Em 2009, também ocorreram o curso livre “Plantando (na cidade) tudo dá!”, de abril a maio, o seminário “Saberes ecológicos tradicionais: cultura, biodiversidade e poder popular”, nos dias 11 e 12 de novembro, e a “Feira de produtos da sociobiodiversidade: saberes e sabores”. O objetivo do curso foi fomentar as discussões sobre AU em periferias de Belo Horizonte; já

o seminário teve como tema central a valorização dos saberes populares. Um integrante do Grupo de Plantas Medicinais Santana representou o Grupo e os agricultores da Horta Comunitária do Cafezal no “VII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado”, realizado de 12 a 16 de setembro de 2012 no Memorial dos Povos Indígenas e no Senado Federal, em Brasília - DF. Esse evento, promovido pela Rede Cerrado em parceria com a Fundação Banco do Brasil, tem como objetivo de suas edições anuais mobilizar os grupos populares pertencentes ao Cerrado para discutirem e implementarem ações voltadas para a conservação e o uso sustentável do bioma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação ao longo dos seis anos de realização do projeto de extensão “Plantando e Colhendo Vida na Cidade: Promoção de Práticas de Agricultura Urbana (AU) como Ferramentas para o Desenvolvimento Local no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte - MG” nos mostrou uma favela pulsante de ações e reflexões para a busca de uma vida melhor para a coletividade. Mostrou, ainda, que a universidade não é o lugar da verdade absoluta, do conhecimento pronto e acabado – sendo, portanto, necessária a existência de diálogos entre esta e outros atores sociais inseridos em diferentes realidades e dotados de outras leituras e compreensões do mundo.

O processo de urbanização e modernização não é capaz de homogeneizar e extinguir todas as práticas sociais e tradicionais existentes; algumas permanecem e continuam sendo capazes de catalisar movimentos de solidariedade e de promover a dignidade humana, entendendo-se esta como a atribuição de relevância aos indivíduos no processo de configuração de suas próprias histórias – ou seja, o reconhecimento do ser relevante no processo de mudança do mundo ao se perceber como agente capaz de escolhas. O projeto aqui estudado proporcionou aos moradores do Aglomerado da Serra se sentirem parte e ocuparem outros lugares além daqueles onde vivem, a exemplo da universidade, da cidade, da RMBH, do bioma do Cerrado e mesmo da nação.

O projeto de extensão demonstrou-se capaz de articular grupos que não se conheciam e que, apesar de possuírem bandeiras políticas diversas, compartilham do mesmo interesse na promoção da dignidade humana e do cuidado com a vida, a partir de diferentes temáticas. As experiências vividas na Horta Comunitária e nas demais ações do Grupo Aroeira no Aglomerado da Serra repercutiram em movimentos populares desenvolvidos em outros pontos da cidade, como na Ocupação Eliana Silva, cujos moradores demandaram ao Grupo Aroeira a construção democrática e coletiva de uma horta com o intuito de prover alimentos de qualidade, especialmente para a creche comunitária. Com este ensaio, desejamos que tais ações continuem inspirando outras comunidades, e que a agroecologia urbana cultive cidades com mais responsabilidade socioambiental.

As reflexões a partir da execução do projeto nos levaram a um questionamento sobre a ordem dos verbos “plantando” e “colhendo”, presentes no seu título. Sob uma nova perspectiva, seria mais adequado se dispostos ao contrário: “colhendo e plantando”. Isso porque a AU é uma prática popular anterior e independente do interesse acadêmico e das políticas públicas. A academia colheu o que havia sido “plantado” pelos agricultores urbanos, e só depois buscou potencializar a AU junto com as comunidades, trazendo uma sistemática de eventos capaz de projetá-la para além do espaço da horta (projetar para fora o que é uma prática local). Em virtude disso, trouxemos essa ideia reformulada no título desse ensaio.

A AU demonstrou ser uma importante ferramenta de promoção do desenvolvimento humano local: uma prática com características próprias, que veio acompanhada dos discursos da agroecologia e da economia solidária, e permitiu às pessoas cuidarem da própria saúde, da cidade, do local onde vivem e daqueles com quem convivem a partir do cuidado com a terra, com o ambiente e com o que (e como) se produz, assim como com a finalidade dessa produção: a alimentação. É uma atividade que permite a articulação entre o ser humano e a natureza, gerando biodiversidade nas cidades e permeabilidade dos solos urbanos e promovendo a soberania alimentar das famílias dos agricultores urbanos. A AU germina uma outra ideia de cidade, em que ela não seja unicamente um ambiente construído, mas um ambiente mais justo e sustentável, com diversidade biológica e cultural – e que o uso do solo não seja feito exclusivamente com fins capitalistas.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos moradores do Aglomerado da Serra e aos agricultores urbanos envolvidos com as atividades da Horta Comunitária do Cafezal e com outras atividades agroecológicas na comunidade. Somos gratos às parcerias com o Grupo Semear e Projeto MOVA-Brasil e ao financiamento do Fundo Nacional de Solidariedade – Caritas Brasileira que possibilitaram a realização desse projeto. O terceiro autor agradece à FAPEMIG por meio do auxílio BIPDT/2016 (CSA BIP 00139/16). Reconhecemos a importância de todos os grupos e movimentos sociais envolvidos e que se empenham em cultivar uma cidade mais justa.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. (org). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AGUIAR, M. V. A. et al. Princípios e diretrizes da educação em agroecologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA, 2013, Recife. **Anais do...** Recife, 2013.

ALMADA, E.D. Sociobiodiversidade urbana: por uma etnoecologia das cidades. In: SILVA, V. A.; ALMEIDA, A. L. S.; ALBUQUERQUE, U. P. (eds.). **Etnobiologia e Etnoecologia Pessoas & Natureza na América Latina**, v. 1, p. 37-64, 2010.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.

AUÊ! Estudos em Agricultura Urbana – UFMG. Disponível em: <<https://amaurm-bh.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Centros de vivência agroecológica**. 2004. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/projetos/cevae.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Programas e projetos**, vila viva. 2010. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BRANDÃO, C.R. (org.). **Pesquisa participante**. 6.ed.São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Manual de hortaliças não-convencionais**. Brasília: MAPA, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2014a. v. 35.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. Dissertação (mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, [Belo Horizonte], 2010.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Cuestiones de la agricultura urbana**, 1999. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/FAOAG21RevistaEnfoquesAgricultura%20urbana.htm>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEE, M.; MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. Controle do peso corporal. In: **Krause:** alimentos, nutrição e dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamento familiares 2008-2009:** análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008\\_2009\\_analise\\_consumo/pofanalise\\_2008\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_analise_consumo/pofanalise_2008_2009.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2018.

JAIME, P.C.; MONTEIRO, C.A. Fruit and vegetable intake by Brazilian adults, 2003. **Caderno de Saúde Pública**, v. 21, p. S19-S24, 2005.

LEVY-COSTA, R.B. et al. Household food availability in Brazil: distribution and trends (1974-2003). **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 1-10, 2005.

MALUF, R.S.J. **Segurança alimentar e nutricional.** Petrópolis: Vozes, 2007.

NATIONAL HEART FORUM (UK). **At least five a day:** strategies to increase vegetable and fruit consumption. London: NationalForum, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 23, p. 137-202. 2005. Disponível em: <<https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC23/23-Boaventura.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [S. l.]: Gaia, 2003..

SOUZA, A.M.A. (org.). **Coordenação de grupos:** teoria, prática e pesquisa. Fortaleza: Expressão, 2011.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 443-466, 2005.

UCLG – Committee on Social Inclusion Participatory Democracy and Human Rights. **Inclusive cities observatory:** Belo Horizonte: Villa Viva Programme – Aglomerado da Serra. 7p., 2010. Disponível em: <[https://www.uclg-cisd.org/sites/default/files/Belo%20Horizonte\\_2010\\_en\\_final.pdf](https://www.uclg-cisd.org/sites/default/files/Belo%20Horizonte_2010_en_final.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Festival de Verão da UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/festivaldeverao/historia/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

WORLD CANCER RESEARCH FUND. **Food, nutrition and the prevention of cancer: a global perspective**. Washington: WCRF, 1997.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy on diet, physical activity and health. **Food Nutr. Bull.**, v.25, p. 292-302, 2004;

\_\_\_\_\_. **The world report 2002: reducing risks, promoting healthy life**. Geneva: WHO, 2002.

**Data de recebimento:** 05 de março de 2018.

**Data de aceite para publicação:** 20 de abril de 2018.